

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A RODA DE CONVERSA COMO PROPOSTA INCLUSIVA, COLABORATIVA E COLETIVA REALIZADA COM ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Davison Calixto Jacinto ¹
Valdilanne Guimarães Pereira ²

RESUMO

O presente estudo visa difundir os desafios e possibilidades da inclusão na escola. Diante dos princípios estabelecidos pela legislação brasileira, todos os discentes têm o direito de aprender nas escolas comuns. Entretanto, muitos alunos com deficiência não têm acesso às práticas escolares que garantam sua aprendizagem. Ainda hoje, vários desafios são encontrados pelos educadores no desenvolvimento das ações pedagógicas inclusivas. Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência, no qual a roda de conversa surge como proposta inclusiva, colaborativa e coletiva realizada com uma turma do 3º ano do ensino fundamental, numa escola pública da cidade de Maricá localizada no Estado do Rio de Janeiro. A coleta de dados foi construída com observação atenta e registros etnográficos das vivências produzidas pelos sujeitos no âmbito educacional. Para tal, foi produzida uma breve introdução das principais leis que garantem a inclusão nas escolas brasileiras. Assim como, o registro das especificidades encontradas no ambiente escolar e da ação desenvolvida pelo agente educacional para potencializar a inclusão dos alunos com deficiência. Os resultados obtidos, neste estudo, potencializaram o processo inclusivo na escola, trazendo pontos positivos para os participantes da atividade, que passaram a incluir os alunos com deficiência em suas conversas, brincadeiras, atividades e experiências. Conclui-se, assim, que a escola deve ser um espaço acessível a todos, sendo favorável à construção do conhecimento coletivo.

Palavras-chave: escola pública, inclusão, relato de experiência.

INTRODUÇÃO

A Legislação Brasileira consolidou ao longo dos últimos 35 anos vários documentos para garantir a todos os alunos o direito de aprender nas escolas comuns, dentre eles destacamos a Constituição Federal (1988), A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Esses documentos oficiais apresentam respaldos para a aplicação de uma educação de qualidade social para todos, num ambiente comum onde não deve existir discriminação. Para Cunha (2018, p. 23), “Entende-se, assim, que todos os educandos possuem o direito à educação, independente de suas limitações ou necessidades educacionais”.

¹ Mestrando Acadêmico em Educação, ProPEd - UERJ, davison.calixto@gmail.com;

² Mestre pelo Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense - UFF, valdilanneguimaraes@gmail.com;

Diante dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal, o direito ao ensino precisa promover a construção de valores para o exercício da vida em sociedade e também a formação de potencialidades para a qualificação profissional (BRASIL, 1988, art. 205). Portanto, como determina a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, no Art. 59, a promoção da educação por meio de atividades que atribuem condições positivas é fundamental para o pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes com e sem deficiência. De acordo com Fávero, a educação inclusiva visa, assim, o acesso ao mesmo ambiente escolar mediante a garantia de um direito “humano, comum e fundamental” (FÁVERO, 2011, p.18), imprescindível para a formação do cidadão.

Nessa conjuntura, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), estabelecida em 06 de julho de 2015, garante oficialmente um sistema inclusivo nas escolas, tendo em consideração o desenvolvimento humano das habilidades e talentos (BRASIL, 2015, art. 27). Para tal, como afirma Fávero (2011), é necessário criar possibilidades de aprendizagem num espaço plural, no qual os alunos com deficiência poderão desenvolver suas capacidades humanas por meio da coletividade.

Nesse contexto, Cunha (2018) destaca, o grande desafio encontrado para garantir uma educação de qualidade social para todos. Com base em seus estudos, as instituições ainda não possuem estruturas para acolher os alunos com deficiência física, muitos espaços não são adaptados e conseqüentemente não potencializam a diversidade. Assim como, na maioria das escolas os alunos ficam excluídos do cotidiano por falta de compreensão do conceito de inclusão (Cunha, 2018). Posto isto, ainda hoje, muitos alunos com deficiência, não têm acesso às práticas escolares que garantam o desenvolvimento de habilidades intelectuais e sociais voltadas ao ensino colaborativo e aprendizagem coletiva.

Todavia, segundo Fávero (2011) os desafios encontrados em âmbito escolar devem ser enfrentados para criar possibilidades de aprendizagem, onde todos sejam participativos num processo de desenvolvimento cidadão. Segundo Cunha (2018), uma educação inclusiva precisa estimular a socialização e a comunicação, dando aos alunos com deficiência a possibilidade de adquirirem habilidades por meio de um processo de ensino e aprendizagem afetivo.

Sendo assim, este relato de experiência apresenta uma proposta inclusiva, colaborativa e coletiva desenvolvida em uma escola pública da cidade de Maricá localizada no Estado do Rio de Janeiro. A ação pedagógica foi realizada com uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental composta por 27 alunos. Neste grupo, estavam matriculados três alunos com deficiência, que durante a atividade, ficaram sob orientação da professora regente e de um agente educacional de apoio. No cotidiano escolar, os alunos com deficiência enfrentam

diversos desafios para vivenciar as práticas pedagógicas. Nesse caso, os discentes apresentaram, no início do ano letivo, uma certa dificuldade em fazer contato visual, sendo sensíveis a barulhos e a cheiros fortes. Diante desse contexto, os obstáculos vivenciados pelos alunos com deficiência acabaram motivando o desenvolvimento da atividade reflexiva na escola.

A proposta inclusiva, colaborativa e coletiva tinha como objetivo realizar uma discussão sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), no Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, 02 de abril de 2023. Houve, nesse sentido, uma reflexão coletiva que despertou o respeito às singularidades físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais no espaço educativo, levando em consideração a formação humana de todos os alunos matriculados neste ano de escolaridade.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Inicialmente, foi realizada pelo Agente Educacional de Inclusão uma pesquisa prévia sobre a temática apresentada pela equipe escolar. O planejamento da atividade foi organizado no início do período letivo, em março de 2023, durante a adaptação dos alunos. Tendo em vista, a preocupação da equipe pedagógica em criar um ambiente agradável e acolhedor para as crianças com deficiência.

Em seguida, a proposta inclusiva, colaborativa e coletiva foi implementada com os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, das 15h às 17h. No primeiro momento, o assunto foi apresentado e discutido na sala de vídeo da unidade. Logo depois, a temática foi refletida na sala de aula com todos os participantes do diálogo inicial.

Na metodologia a observação atenta foi utilizada para registrar as experiências produzidas na roda de conversa. De acordo com Cunha (2018), esta etapa do método científico, pretende compreender e registrar as particularidades das experiências vivenciadas em âmbito escolar. Sendo assim, algumas perguntas indutoras de reflexão foram criadas para auxiliar a descrição dos fatos, tais como: 1. Como as crianças organizaram-se durante a roda de conversa? 2. Qual era a relação dos alunos (PCD) com o grupo antes da atividade? 3. Como ficou a reação depois da realização da atividade? 4. O que as crianças acharam desse movimento? Segundo Mattos (2011), a abordagem etnográfica é construída a partir das perguntas levantadas pelo observador. Com isso, nesse estudo, as informações coletadas a partir dos registros descritos foram organizados nestas questões, compilados e posteriormente avaliados. Consequentemente, as anotações ajudaram na construção do texto. Nesse aspecto, utilizamos como referencial

teórico os seguintes autores: Cunha (2018), Fávero (2011), Freire (2013), Mantoan (2011), para discutir a análise dos resultados e refletir as demandas da atividade inclusiva na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta inclusiva, colaborativa e coletiva realizada por meio de uma roda de conversa, tinha como intencionalidade a promoção do acolhimento no âmbito escolar e o respeito às diferenças. Dessa maneira, a ação pedagógica alcançou um grupo de alunos que apresentou-se disponível a participar, interagir e conhecer mais sobre o Autismo. Na proposta inclusiva, colaborativa e coletiva foi apresentado o símbolo do Autismo por meio do recurso *DataShow*. Nessa atividade, o agente educacional utilizou uma linguagem adequada à faixa etária para explicar o tema. Assim sendo, com algumas adaptações foi possível apresentar a temática e posteriormente conversar sobre o assunto. O tema, Autismo, acabou despertando o interesse e curiosidade dos participantes. Durante a roda de conversa os alunos fizeram as seguintes perguntas: “*Os nossos amigos têm autismo?*”, “*Podemos brincar com eles?*” “*Por que a cor deles é azul?*”, “*Por que o símbolo deles é um laço colorido?*”, “*Eles não gostam de turma barulhenta?*”. Estes registros revelam que os alunos foram influenciados pela proposta inclusiva realizada na escola, uma vez que despertaram um olhar para as diferenças.

Com isso, o agente educacional de apoio além de difundir informações sobre o Autismo na turma do 3º ano para potencializar a inclusão no espaço educativo, também promoveu uma reflexão colaborativa e coletiva sobre a temática. Neste sentido, todas as questões levantadas pelos alunos do grupo escolar foram respondidas durante a roda de conversa inclusiva, colaborativa e coletiva.

O impacto percebido após a ação foi satisfatório. Os participantes da roda de conversa perceberam a importância da inclusão. Com isso, passaram a incluir os alunos com deficiência em suas conversas, brincadeiras, atividades e experiências. O meio educacional tornou-se um espaço mais inclusivo, capaz de acolher as diferenças e particularidades de cada criança. Para Cunha (2018, p.91), “É fundamental que a educação seja centrada prioritariamente no ser humano e não na patologia, tornando indispensável um currículo que transcenda as concepções de *déficit* e torne a prática pedagógica rica em experiências educativas.”

A roda de conversa inclusiva, colaborativa e coletiva fomentou, assim, um processo de aprendizagem sobre o Autismo, sensibilizando os participantes. Nesse contexto, os discentes compreenderam a importância de incluir os alunos com deficiência, respeitando suas limitações.

Essa ação, apresentou vários pontos positivos em âmbito escolar. Percebeu-se que a aceitação da turma foi potencializada durante e após da atividade, assim como, a interação de todos. Observou-se, também, que houve a inclusão imediata e que atualmente, os discentes da turma sentem falta, perguntam e questionam a ausência dos alunos com deficiência. Além disso, nas atividades escolares, as crianças procuram colocar os alunos com deficiência nos grupos. Verifica-se que existe uma sensibilidade para incluí-los nas propostas apresentadas em sala de aula e uma imensa sensação de alegria com a interação.

No aspecto individual, notou-se uma maior participação, autonomia e autoestima do aluno com deficiência. Hoje em dia, durante as atividades escolares, o discente tem a autonomia para participar e interagir com o grupo.

Nesse contexto, os resultados obtidos com a proposta inclusiva, colaborativa e coletiva potencializaram o processo de inclusão na escola, trazendo pontos positivos para a turma e a escola. De fato, a proposta foi desafiadora, mas construiu novas possibilidades para evidenciar a importância da inclusão no contexto escolar. De acordo com Mantoan (2011), às ações diversificadas são necessárias para oferecer a todos condições de aprendizagem e convivência social. Ressalta-se que a roda de conversa foi uma proposta dialógica e participativa, que trouxe benefícios para o contexto escolar. (Freire, 2013). Como afirma Mantoan (2011), às atividades diversificadas são possibilidades para abordar assuntos de forma coletiva, fomentando o processo inclusivo na escola.

Por fim, nessa ação, registra-se também a atuação positiva do agente educacional ao propor uma atividade voltada à reflexão, à descoberta e ao entendimento da diversidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve ser um espaço acessível a todos, sendo favorável à construção do conhecimento coletivo. De fato, ainda hoje, encontramos uma série de desafios para fomentar caminhos de aprendizagem eficazes. Nesse aspecto, a educação deve ser um meio destinado à emancipação dos indivíduos que têm acesso a uma prática inclusiva e reflexiva.

Diante disso, a proposta inclusiva, colaborativa e coletiva apresentou-se como uma experiência viável à aprendizagem de todos. Assim, considera-se necessário destacar a valorização das práticas coletivas na escola, para a aprendizagem de valores humanos necessários a uma boa convivência entre os pares.



Portanto, a ação desenvolvida na escola trouxe diversos benefícios para todos os envolvidos na proposta inclusiva, colaborativa e coletiva. A construção coletiva de conhecimento potencializou o processo inclusivo na escola, dando aos alunos com deficiência mais autonomia para vivenciar o ambiente pedagógico. Compreende-se que nesta experiência todos os participantes tiveram a oportunidade de compartilhar conhecimento e cooperar com o grupo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 23 de agosto de 2023.

CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 7. ed. - Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

FÁVERO, Eugênia. **Alunos com deficiência e seu direito à educação: trata-se de uma educação especial?** In: MANTOAN, Maria Teresa (org.). **O desafio das diferenças na escola**. 4. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 17-27.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa. **O desafio das diferenças na escola**. 4. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.